

PARA ALÉM DAS DIFICULDADES DE LEITURA: O PAPEL DA ESCOLA E DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM DISLEXIA

BEYOND READING DIFFICULTIES: THE ROLE OF SCHOOL AND FAMILY IN BUILDING INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES FOR STUDENTS WITH DYSLEXIA

 <https://doi.org/10.63330/armv2n2-005>

Submetido em: 27/02/2026 e Publicado em: 11/03/2026

Camila Santos Pereira

Professora, Licenciada em Pedagogia e Especialista em Educação Especial e Inclusiva-UEMA

Magno Fernando A. Nazaré

Professor externo da UEMA, Mestre em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica-IFMA, Especialista em Educação Especial e Inclusiva-UEMA. Mestre em Ciência da Educação- concentração em Formação de Professores-UAA. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social-UFMA

Kayla Rocha Braga

Professora efetiva da UFMA, Mãe Atípica, Pesquisadora e Doutora em Educação em Ciências e Matemática-UFMT. Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul-SP Especialista em Matemática - concentração Álgebra-UFMA. Autora do Livro: Matemática inclusiva e suas descobertas

RESUMO

O presente trabalho fundamenta-se na perspectiva da pedagogia histórico-crítica para analisar o papel da escola e da família no processo de inclusão de alunos com dislexia no Ensino Fundamental, compreendendo que as dificuldades enfrentadas por esses estudantes não decorrem prioritariamente do transtorno, mas das formas historicamente construídas de organização do currículo, da avaliação e do trabalho pedagógico. Inserida em uma lógica escolar marcada pela homogeneização dos processos de ensino e aprendizagem, a dislexia tende a ser interpretada como deficiência individual, o que legitima práticas excludentes sob o discurso da normalidade pedagógica e do mérito escolar. Considerando que a função social da escola consiste em garantir o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos, o estudo problematiza a contradição entre o direito à educação inclusiva e a permanência de currículos rígidos e avaliações classificatórias, que operam mais como mecanismos de seleção do que como instrumentos de mediação da aprendizagem. Nessa perspectiva, a dislexia evidencia os limites de um modelo escolar que responsabiliza o aluno pelo fracasso, invisibiliza desigualdades pedagógicas e naturaliza a exclusão como resultado de incapacidades individuais. O objetivo geral consistiu em analisar criticamente a atuação da escola e da família na inclusão de alunos com dislexia no Ensino Fundamental, com ênfase nas práticas curriculares e avaliativas. O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, fundamentada em



produções acadêmicas, artigos científicos e documentos legais relacionados à educação inclusiva. Os resultados indicam que a inclusão do aluno com dislexia ainda ocorre de forma superficial, restrita a adaptações pontuais e desarticuladas de uma reorganização curricular consistente e de uma avaliação orientada pelo acompanhamento do desenvolvimento real e potencial do estudante. Conclui-se que a efetivação da inclusão exige a revisão crítica do currículo, a superação da avaliação meramente classificatória e o compromisso político-pedagógico da escola e da família com um projeto educativo que assegure, de fato, o direito ao conhecimento para todos.

Palavras-chave: Dislexia; Inclusão; Escola; Família.

ABSTRACT

The present study is grounded in the perspective of historical-critical pedagogy to analyze the role of schools and families in the process of including students with dyslexia in Elementary Education. It understands that the difficulties faced by these students do not primarily stem from the disorder itself, but from historically constructed ways of organizing curriculum, assessment, and pedagogical work. Inserted within a school logic marked by the homogenization of teaching and learning processes, dyslexia tends to be interpreted as an individual deficiency, which legitimizes exclusionary practices under the discourse of pedagogical normality and school meritocracy. Considering that the social function of the school is to ensure access to historically produced knowledge, the study problematizes the contradiction between the right to inclusive education and the persistence of rigid curricula and classificatory assessments, which operate more as mechanisms of selection than as instruments for mediating learning. From this perspective, dyslexia exposes the limits of a school model that holds students accountable for failure, renders pedagogical inequalities invisible, and naturalizes exclusion as the result of individual incapacity. The general objective of the study was to critically analyze the role of schools and families in the inclusion of students with dyslexia in Elementary Education, with an emphasis on curricular and assessment practices. The methodological procedure adopted was a bibliographic review, based on academic publications, scientific articles, and legal documents related to inclusive education. The results indicate that the inclusion of students with dyslexia still occurs in a superficial manner, limited to isolated adaptations and disconnected from a consistent curricular reorganization and from assessment practices oriented toward monitoring students' actual and potential development. It is concluded that the effective realization of inclusion requires a critical revision of the curriculum, the overcoming of merely classificatory assessment, and the political-pedagogical commitment of schools and families to an educational project that truly ensures the right to knowledge for all.



Keywords: Dyslexia; Inclusion; School; Family.

1 INTRODUÇÃO

As escolas brasileiras são marcadas pela diversidade e por desafios que impactam diretamente o processo de ensino e aprendizagem. Assim, dentre as inúmeras ocorrências e problemas que marcam o cotidiano da sala de aula e o sistema educacional, a dislexia tem se sobressaído, nesse contexto, como pauta de interesse dos sistemas de ensino, devido os efeitos provocados na vida escolar e pessoal do aluno.

A dislexia, segundo a Associação Brasileira de Dislexia-ADB (2016) “é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração”. Assim, em razão dos impactos que causa na leitura e escrita, as dificuldades provenientes da dislexia, de acordo com o Manual dos Transtornos Escolares do Dr. Gustavo Teixeira (2013), causa danos desde a alfabetização até a idade adulta e, por isso, necessita de uma atenção especial de educadores e familiares. Ademais, a estimativa, segundo o mesmo manual é de que o transtorno acomete aproximadamente entre 3% a 10% das crianças, ocorrendo de forma predominante em meninos (Manual dos Transtornos Escolares, 2013).

Com base nesse cenário e em decorrência da incidência dos casos de dislexia nas escolas e suas implicações nas etapas de ensino, a temática discutida torna-se um assunto de grande relevância para a obtenção de respostas acerca da atuação de pais e educadores no processo de inclusão de alunos disléxicos. Além disso, também é fundamental para a reflexão sobre a aplicabilidade de estratégias que promovem a inclusão e o sucesso escolar desses alunos e ainda permitem que seus direitos educacionais sejam garantidos.

Ante o exposto, entende-se que apesar dos desafios enfrentados no contexto educacional, há também uma perspectiva positiva sobre o aprendizado do aluno disléxico quando adaptações e intervenções pontuais são executadas em sua trajetória escolar, pois considera-se que as manifestações da dislexia são passíveis a mudanças ao longo do tempo, sobretudo quando as capacidades do aluno são ponderadas e alinhadas à estratégias que respeitam o seu potencial e ajudam a superar dificuldades (INSTITUTO ABCD, 2024). Assim, é com base nesses ideais que a problemática do presente trabalho se constitui em investigar a seguinte questão: como os pais e professores devem atuar no processo de inclusão de alunos com dislexia para assegurar seus direitos educacionais?

Mediante essa linha de pesquisa é possível entender que as ações desempenhadas pelos professores, pais e responsáveis do aluno disléxico são fundamentais não só para o seu desempenho acadêmico, mas sobretudo para o seu bem estar de modo geral. Segundo o Instituto ABCD (2024, p. 18) “crianças com dislexia e outras dificuldades de aprendizagem podem ser mais vulneráveis a baixos níveis de “conexão escolar”, um conceito que descreve a percepção de ser compreendido, apoiado e tratado de forma justa na



escola[...]”. Por essa razão, é essencial que família e escola estejam integradas no cumprimento de seus papéis, não apenas para favorecer a inclusão desses alunos, mas também permitir que eles sejam acolhidos, valorizados e tenham suas particularidades e limitações respeitadas dignamente. Partindo dessa ótica, o trabalho em questão tem como objetivo geral analisar o papel da escola e da família na inclusão de alunos com dislexia no ensino fundamental.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, a partir da qual foi possível fazer uma significativa revisão de literatura. Com isso, foram revisados diversos artigos de sites acadêmicos, monografias, livros e portais que pudessem fundamentar o estudo desenvolvido. Tudo isso foi abordado em quatro seções que tratam sobre a compreensão acerca das características, causas e diagnóstico da dislexia, o papel da família e da escola na inclusão do aluno disléxico, as adaptações curriculares e estratégias pedagógicas para o sucesso escolar de crianças disléxicas e a superação dos desafios e estereótipos sobre a dislexia.

Diante do exposto, o conteúdo deste trabalho contribui para o conhecimento sobre a importância das ações que são executadas pela escola e a família e os fatores que implicam diretamente no aprendizado do aluno disléxico. Além disso, também chama atenção quanto ao princípio de que o aluno com dislexia possui direitos que devem ser cuidadosamente atendidos, pois como defende a Declaração de Salamanca (1994) as habilidades, interesses e necessidades de aprendizagem de toda criança são únicas. E isso exige que métodos, práticas e currículos sejam adaptados e adaptáveis para que atendam o aluno diante do que ele é e em respeito às suas limitações não só em uma perspectiva escolar, mas sobretudo humana.

2 COMPREENDENDO A DISLEXIA: CARACTERÍSTICAS, CAUSAS E DIAGNÓSTICO

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014), define a dislexia, de forma semelhante à Associação Brasileira de Dislexia, como “um padrão de dificuldades de aprendizagem caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia”. Desse modo, a dislexia se manifesta explicitamente no rendimento escolar do aluno devido os impactos causados no processamento da leitura e escrita (Carneiro, 2011).

Além disso, é importante esclarecer, com base no Relatório de Atualização do Perfil do Transtorno Específico de Aprendizagem no Brasil (2024) do Instituto ABCD, que no caso da dislexia, os danos no processamento da leitura e escrita não são justificados pela ocorrência de deficiências como a intelectual, visual ou auditiva e nem mesmo por problemas de caráter psicossocial ou formação acadêmica de baixa qualidade. Além disso, vale destacar que apesar do aluno disléxico apresentar necessidades educacionais especiais, a dislexia não afeta a sua inteligência e é um transtorno que já nasce com a criança, portanto, não é resultado da ocorrência de doenças ou incidentes (Hudson, 2019).

Oliveira (2020) ressalta que não há uma cura para a dislexia e que ela nem deve ser considerada



uma doença. Ela é uma condição neurológica associada ao funcionamento cerebral, e quanto a isso a mesma autora aponta que:

Quem não tem dislexia usa as três áreas do cérebro quando lê: a primeira identifica as letras, a segunda provoca o entendimento do significado da palavra e a terceira executa todas as informações. As duas primeiras áreas são menos ativas nos disléxicos. As pessoas disléxicas possuem o lado direito do cérebro mais ativo e desenvolvido, e a parte frontal é obrigada a trabalhar mais. (Oliveira, 2020, p. 18).

Isso explica o fato do aprendizado inicial da leitura e da escrita ser uma tarefa difícil para o disléxico e, com isso, Varella (2011) também elucida que a causa da dislexia é “uma alteração cromossômica hereditária, o que explica a ocorrência em pessoas da mesma família. Pesquisas recentes mostram que a dislexia pode estar relacionada com a produção excessiva de testosterona pela mãe durante a gestação da criança”. A literatura também considera a existência de três tipos de dislexia: a auditiva, visual e mista. Na dislexia visual os indivíduos apresentam dificuldades na percepção de sequências visuais, o que gera uma confusão na distinção entre palavras e letras. Quanto a dislexia auditiva há dificuldade em associar o som (fonema) ao símbolo (grafema), o que faz com que o aluno tenha problemas para identificar e memorizar sons e letras. Já com relação a dislexia mista há a ocorrência simultânea das características dos tipos auditivas e visuais (Oliveira, Zutião, Mahl, 2020).

Diante do exposto, destaca-se que tanto os tipos da dislexia quanto os seus sintomas e características não se manifestam de forma igual em todos os indivíduos. E sobre isso, o Instituto ABCD (2015, p. 14) explica que “a Dislexia é um Transtorno Específico de Aprendizagem heterogêneo, isso significa que os disléxicos não são todos iguais, com as mesmas dificuldades e necessidades. Sendo assim, não há um único método de tratamento”. Isso indica que as características e os sintomas da dislexia variam com base na sua gravidade e se manifestam de forma mais explícita ao longo da alfabetização (Oliveira, 2020). Contudo, vale destacar que mesmo que os sinais apresentados pelos disléxicos não sigam um único padrão, Oliveira (2020) ressalta que a dificuldade de associar o som da fala à palavra escrita é um dos primeiros sinais que o aluno apresenta. Com isso, os sinais mais comuns da dislexia na idade escolar de acordo com a Associação Brasileira de Dislexia (2016) são:

Dificuldade na aquisição e automação da leitura e escrita; pobre conhecimento de rima e aliteração; desatenção e dispersão; dificuldade em copiar de livros e da lousa; confusão para nomear entre esquerda e direita; vocabulário pobre, com sentenças curtas e imaturas ou longas e vagas.

Partindo dessa perspectiva, a autora Carneiro (2011) também lista outros sinais que podem ser apresentados pelos alunos na etapa de escolarização, e por isso, pais e professores precisam estar atentos quanto a ocorrência. Segundo ela, “a leitura de uma criança disléxica é caracterizada pela omissão,



distorções e substituições de palavras e por uma leitura lenta. Uma leitura lenta, trabalhosa e individual da palavra impede a compreensão do que leu”. Outras características também precisam ser avaliadas como:

Erros por dificuldades na decodificação grafema-fonema; bastantes dificuldades na leitura, com a presença constante de erros incorreções inventando palavras ao ler um texto; escrita com múltiplos erros ortográficos e a qualidade da ortografia é bastante deficiente; confusão entre letras, sílabas ou palavras com grafia similar; distrai-se com bastante facilidade perante qualquer estímulo parecendo que está a sonhar acordado, entre outros sinais (Carneiro, 2011, p. 42).

Com base nessa compreensão, é importante destacar que o fechamento do diagnóstico da dislexia não é um processo fácil. Moura (2025) explica que:

[...] é aconselhável que o diagnóstico formal da Dislexia não seja estabelecido muito antes de meados do 2º ano de escolaridade, pois dificuldades na fase inicial da aprendizagem da leitura/escrita podem ser banais pela sua frequência, pela necessidade de se ter que observar dificuldades persistentes (e não transitórias) na aprendizagem da leitura/escrita[...].

Além disso, para que o diagnóstico seja eficiente é necessário que haja uma avaliação de profissionais de várias áreas além da esfera pedagógica, como fonoaudiólogos, psicólogos, neurologistas, oftalmologistas, pediatras, psicopedagogos, entre outros. (Tavares, 2008). E com o compartilhamento das informações entre esses profissionais, os pais e os professores da criança disléxica será possível fazer o estudo do caso e obter um diagnóstico final.

3 O PAPEL DA FAMÍLIA E ESCOLA NA INCLUSÃO DO ALUNO DISLÉXICO

Atualmente a educação inclusiva, sob a égide da constituição federal, garante que quando incluídos na escola comum, os alunos com necessidades educativas especiais, como é o caso do disléxico, serão atendidos com igualdade de oportunidades e poderão se desenvolver de acordo com suas capacidades. Isso é basicamente o que propõe o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Na mesma perspectiva, a Declaração de Salamanca (1994) afirma que é direito fundamental de toda criança o acesso à educação e que a ela deve ser dada a oportunidade de atingir e se manter em um nível adequado de aprendizagem. E ainda nessa linha ideológica, a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, determina especificamente que:

Art. 1º - O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.



Art. 2º - As escolas da educação básica das redes pública e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção ao educando com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território[...].

Diante disso, os direitos promulgados por esses documentos são fundamentais para que o aluno com dislexia usufrua daquilo que é garantido por lei. Contudo, vale destacar que apesar desse respaldo, a inclusão do aluno disléxico na sala regular não é um processo fácil, visto que para atendê-lo é necessário que haja uma série de intervenções e adaptações que precisam ser incorporadas pela família e escola para garantir o desenvolvimento desse aluno e ao mesmo tempo superar os desafios que surgem no processo de ensino e aprendizagem.

Diante desse cenário, é preciso atentar-se aos deveres da escola e da família e considerar que elas precisam estar unidas e conscientes da importância de suas ações em prol da inclusão efetiva e do desenvolvimento integral da criança disléxica, visto que a participação e o apoio dos pais, educadores e de toda comunidade escolar é determinante não só para que o aluno disléxico aprenda dignamente, mas que também receba o suporte para vencer o preconceito e desafios existentes. Sobre isso, Silva (2021, p. 22) reforça que:

A família e a escola possuem um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem da criança disléxica, por meio do conhecimento e aceitação dos diagnósticos, ajudando a criança a entender e compreender o que realmente está acontecendo com ela e como superar esses desafios que chegam de forma assustadora.

Nesse sentido, Mantoan (2003) induz didaticamente a reflexão sobre a importância do papel desempenhado pela escola e pela família em uma perspectiva inclusiva. Segundo a autora, é no processo da inclusão que se conhece as verdadeiras responsabilidades, competências e capacidades tanto dos pais e educadores quanto dos alunos (Mantoan, 2003). No mesmo panorama, a Declaração de Salamanca (1994, p. 43) defende que:

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa compartilhada por pais e profissionais. Uma atitude positiva dos pais ajuda a integração escolar e social. Os pais de uma criança com necessidades educacionais especiais precisam de apoio para poder assumir suas responsabilidades. A função das famílias e dos pais poderia ser melhorada, facilitando-se a informação necessária de forma simples e clara; satisfazer as suas necessidades de informação e de capacitação no atendimento aos filhos é uma tarefa de singular importância [...].

Com isso, Silva e Silva (2024, p. 6) enfatizam particularmente as ações da família que favorecem a inclusão destacando que “a família disponibilizará as informações sobre o histórico de vida do estudante, informações sobre sua vida atual e, também, as principais mudanças ocorridas ao longo de seu



desenvolvimento”. Essa conduta ajudará tanto no diagnóstico da dislexia como na composição de estratégias a serem executadas em sala de aula, o que indica que o processo de adaptação curricular do aluno disléxico no ambiente escolar também depende das ações que são desempenhadas no ambiente familiar. Por isso, os pais precisam saber lidar com a dislexia, visto que ela representa uma luta constante para a criança, afetando o seu cotidiano e podendo desencadear problemas comportamentais, emocionais e sociais (Silva, 2021). Quanto a isso a mesma autora ainda destaca que:

Aprender como lidar com a dislexia requer muita compreensão e paciência por parte dos pais ou responsáveis. A criança precisa se sentir motivada, estimulada a querer aprender, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no seu dia a dia. Sempre que possível, é necessário fazer elogios e lembrar a criança sobre os progressos que alcançou através do seu próprio esforço. (Silva, 2021, p. 22)

Sendo assim, a forma como a família age em casa diante do diagnóstico da dislexia faz toda diferença quando a criança disléxica entra na escola, e no que tange a esse entendimento Caron, Cruz e Marques (2020, p. 8) enfatizam que “a família é a estrutura responsável pelo ser em desenvolvimento; assim, é correto afirmar que a inclusão precisa começar em casa”. Por outro lado, admite-se que a atuação do professor diante do cenário de inclusão do aluno com dislexia é outro fator que merece atenção especial. De acordo com Silva (2021, p. 26)

Os professores são essenciais para a realização do processo de aprendizagem da criança com dislexia; o papel dos professores é orientar, ajudar e dar suporte necessários. É importante que os educadores planejem as atividades para promover os desenvolvimentos desta criança, de uma forma em que ela consiga dominar as suas dificuldades, e assim se alfabetizar e letrar.

Com efeito, o papel desempenhado pelo professor é o mais responsivo diante do trabalho desenvolvido com o aluno disléxico no ambiente escolar, visto que os professores são os principais agentes da inclusão e encarregados, majoritariamente, pelo sucesso escolar da criança com dislexia, seja durante a aquisição da leitura e escrita ou letramento. Com isso, Ciasca e Rodrigues (2016, p. 2) destacam que “o professor deixa de ser mero expectador e passa a ser sujeito atuante, não só no processo de identificação e diagnóstico da dislexia, mas também na sua intervenção, que será necessária durante todo o processo de escolarização formal do indivíduo”. Quanto a isso, as autoras Silva e Silva (2024, p. 15) reforçam que:

É de fundamental importância que o docente conheça bem o seu estudante disléxico para então planejar e executar intervenções utilizando variadas estratégias de ensino, dentro das possibilidades e individualidade do estudante. Para tanto, é importante o processo de observação contínua, bem como de registros que facilitem a análise de avanços e de pontos de atenção a fim de ajustar o planejamento.



Partindo da sua observação, o professor deverá se comprometer na elaboração que estratégias e metodologias que promovam o desenvolvimento do aluno, seja adaptando o currículo ou usando de práticas pedagógicas que garantam o aprendizado. Todavia, caso o professor não tenha preparo ou não se atente aos sintomas apresentados pelos alunos, as dificuldades podem impulsionar problemas como baixa autoestima, ansiedade e entre outros que resultam geralmente da comparação do rendimento escolar do aluno disléxico com outros alunos e em sequência provocar o fracasso escolar (Silva, 2021).

Assim, à vista da importância do papel desempenhado por pais e professores em favorecimento da inclusão do aluno disléxico e o respeito às suas necessidades educativas, Luz e Schotten (2016) reforçam que embora apresentem diferentes funções, há uma relação de grande dependência entre a escola e a família, pois a primeira precisa do apoio familiar para conseguir exercer o que propõe e defende e a segunda necessita do suporte escolar para que a criança se desenvolva adequadamente no dia a dia escolar. E partindo dessa perspectiva, Da Silva e Klumpp (2020, p. 20) voltam a afirmar que:

[...]tanto a família, como sendo o primeiro ambiente de relacionamento e de aprendizado da criança, quanto a escola, como espaço potencial de transformação do sujeito e de inserção social, são fundamentais para o desenvolvimento do sujeito. Estas duas instituições devem funcionar de modo saudável, operando em parceria, sempre visando o processo educacional e progresso do filho/aluno, de modo a atender suas necessidades não apenas escolares, mas também físicas, psíquicas e sociais.

Tudo isso reforça a importância do apoio familiar e escolar diante do que se almeja para o aluno disléxico ao longo de sua trajetória como educando e ser humano. E nesse sentido, as expectativas se voltam principalmente para a vida escolar dessa criança, pois é o período em que a família busca acolhimento e deposita esperança no sistema. Também é a fase que as responsabilidades se intensificam ainda mais uma vez que os pais, professores e a comunidade escolar precisam se comprometer e assumir os papéis que conduzem o sucesso das práticas e intervenções pedagógicas na vida do filho/aluno disléxico.

4 ADAPTAÇÕES CURRICULARES E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O SUCESSO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DISLEXIA

A vida do aluno disléxico pode ser transformada integralmente quando a ele é dada a oportunidade de aprender independente de suas dificuldades e quando há respeito por suas particularidades. Dessa forma, o trabalho realizado em sala de aula assim como as estratégias usadas em prol do seu desenvolvimento, são essenciais para o seu desempenho escolar. E vale destacar com isso que a escola é o principal ambiente de manifestação da dislexia, conforme afirma Oliveira (2020, p. 21) “é na escola que a dislexia de fato aparece. Há disléxicos que revelam suas dificuldades em outros ambientes e situações, mas nenhum deles se compara à escola, local onde a leitura e escrita são permanentemente utilizadas e, sobretudo, valorizadas”. Isso indica que o passo principal para a inclusão e o desenvolvimento do aluno disléxico deve ocorrer no



ambiente escolar.

Com base nessa ótica importa destacar que mesmo não sendo público-alvo da educação especial, o aluno disléxico possui direitos que devem ser garantidos e necessidades educativas que precisam ser supridas na escola assim como ocorre para quem é público alvo desta modalidade, como enfatizam Lima e Martins (2022, p. 3):

[...] a necessidade educacional específica não se reduz ao público de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Por isso, reforçamos a necessidade de o poder público elaborar estratégias e encaminhamentos sobre possibilidades e desafios voltados não somente à Educação Especial, mas a todo tipo de aluno que demande adaptações, pois cada um tem a sua característica própria e sua necessidade educacional específica[...].

Dessa forma, em parceria com os pais, a escola e os professores devem promover intervenções pedagógicas que considerem as características do aluno com dislexia (Silva e Silva, 2024). Tudo isso implicará, diretamente no planejamento do professor e principalmente no currículo escolar, pois é preciso se voltar para aquilo que o aluno disléxico necessita prioritariamente, assim como pondera a Declaração de Salamanca (1994, p. 3) que:

Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias. As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades.

Com isso, o sistema de ensino alinhado às responsabilidades do professor de classe, deverá de forma obrigatória atender os alunos com diagnóstico de dislexia que não conseguem acompanhar o ensino e a aprendizagem (Carneiro, 2011). E sobre isso, Mantoan (2003) reforça que se o que de fato se almeja é que escola seja inclusiva, é preciso então mudar e redirecionar seus planos para garantir uma educação plena, que foque na cidadania e que seja principalmente liberta de preconceito e preze pela valorização das diferenças.

Com esses propósitos e em consonância com os preceitos que regem as políticas da educação especial e inclusiva, adequar o currículo e a escola ao aluno com dislexia é uma ação fundamental para a criação de estratégias, métodos e práticas que valorizam e respeitam a individualidade desse aluno e ainda promovem possibilidades de ensino e aprendizagem que dignificam a sua permanência na escola. Sobre isso, Santos *et al.* (2024, p. 8) entende que:



A adaptação curricular no âmbito da educação inclusiva abrange um conjunto de ajustes aplicados aos objetivos, conteúdos, métodos e avaliações do currículo para satisfazer as necessidades de aprendizagem específicas de todos os estudantes, com um enfoque especial naqueles com necessidades educacionais especiais. Tais mudanças são importantes para facilitar o acesso, participação e êxito de todos os estudantes em um contexto educacional inclusivo.

Apesar disso, um fator relevante a ser considerado nesse trajeto é que mesmo que haja uma forte narrativa com respaldo constitucional acerca da importância da adaptação curricular, ainda assim a legislação educacional não proporciona um repertório teórico e prático específico de quais adaptações curriculares devem ser realizadas para que o aluno com dislexia aprenda e nem mesmo dos caminhos a serem seguidos pelo professor para a execução de tal processo. Isso é basicamente o que adverte Redig, Mascaro e Dutra (2017, p. 40) que:

A legislação nacional prevê a individualização, adaptações e medidas de apoio como direitos no sentido de favorecer a inclusão dos alunos no sistema educacional. Mas não encontramos diretrizes no sentido de proporcionar aos docentes uma capacitação nesse sentido, visto que eles, tanto professores da Educação Especial como do ensino comum, serão os agentes de efetivação e mediação das práticas pedagógicas que permitam tais diferenciações e flexibilizações curriculares.

Dessa forma, levando em consideração as contribuições significativas que os estudos de autores independentes trazem sobre a dislexia e principalmente sobre estratégias e práticas pedagógicas que atendem as necessidades da criança disléxica, tem-se nos quadros a seguir um compilado de estratégias que foram selecionadas de modo a sintetizar as adaptações e práticas que precisam ser incorporadas no ambiente escolar.

Quadro 1. Adaptações curriculares para o aluno disléxico.

• É necessário proporcionar ao aluno mais tempo de realização das atividades, principalmente quando envolverem leituras e cópias de textos, conteúdos ou atividades do livro didático.
• O conteúdo, atividades e materiais deverão ser apresentados de modo mais atrativo, que possam beneficiar não apenas o aluno disléxico, mas todos os outros alunos da turma.
• O professor precisará diminuir o tamanho dos textos de determinados conteúdos que devem lidos e copiados. E deverá solicitar ao aluno que copie apenas as partes essenciais
• É necessário usar diversas estratégias, recursos auditivos e visuais, jogos lúdico-didáticos e atividades adicionais para que o aluno tenha estímulos que beneficiem e melhorem sua aprendizagem.
• Não deverá ser exigido do aluno disléxico cópias de textos longos, pois como apresenta dificuldades na leitura, esse aluno utiliza com frequência uso da leitura silabada em alguns estágios, o que faz com que ele cometa erros e demore mais tempo para finalizar a tarefa.
• Deverá ser permitida a gravação da aula em áudio ou vídeo para consulta posterior e também o uso de tecnologias assistivas para favorecer o entendimento e interação com o conteúdo e atividades apresentadas.

Fonte: Adaptado a partir de Instituto ABCD (2024, p. 03).



Quadro 2. Outras estratégias pedagógicas e metodológicas de adequação curricular.

• Deverá ser proporcionado ao aluno métodos alternativos de avaliação, pois o tipo exclusivo de avaliação de leitura e escrita não contempla a capacidade cognitiva e intelectual do disléxico que pode, por exemplo, ter bons resultados em testes orais.
• Recomenda-se que os enunciados das avaliações e trabalhos sejam lidos para o aluno repetidas vezes. E caso ele consiga fazer a leitura, os enunciados devem ser curtos e claros para evitar que ele se perca.
• O aluno deverá ser avaliado por provas e testes orais caso não seja alfabetizado e na aprendizagem da língua estrangeira é necessário que a abordagem prática seja feita com foco na fala e escuta dessa língua, pela dificuldade de acompanhar a aprendizagem por meio da leitura.
• Quando as repostas forem confusas, o professor poderá solicitar ao aluno para que responda oralmente, e sua capacidade oral deverá sempre ser valorizada no desenvolvimento das atividades e conteúdos.
• É conveniente que as provas aconteçam em uma sala separada, onde não haja barulhos ou distração e com a ajuda de um leitor ou mediador, de modo que todos os alunos tenham seu ritmo de prova respeitado.
• No conteúdos, provas e atividades de matemática, é necessário disponibilizar ao aluno calculadoras, tabuadas impressas ou fórmulas matemáticas, quando for o caso.

Fonte: Adaptado a partir de Rafagnin, Rodrigues e Kosloski (2020, p. 39).

Quadro 3. Atitudes dos pais e professores para a eficácia das práticas e adaptações.

Pais	Professores
• Devem se comprometer e assumir as responsabilidades que surgem desde a descoberta do diagnóstico da dislexia até as intervenções e adaptações que serão executadas.	• Identificar as reais dificuldades de aprendizagem do aluno disléxico e também considerar suas capacidades, talentos e destaques para outras habilidades que não envolvam a leitura e escrita.
• Buscar informações sobre a dislexia e as possibilidades de ajudar o filho disléxico a se desenvolver, seja em casa ou na escola.	• Apresentar feedbacks positivos durante a realização das atividades e incentivar o desenvolvimento do aluno de forma construtiva.
• Acompanhar o desempenho escolar da criança e inteirar-se sobre os trabalhos, atividades e demais situações da sala de aula.	• Reconhecer o esforço do aluno, não se atentar apenas aos erros ortográficos ou de leitura que ele apresenta e ser paciente diante dos resultados.
• Não comparar o rendimento escolar do filho disléxico com as outras crianças ou familiares, mas avaliar seus progressos ao longo do tempo.	• Ajudar o aluno individualmente e em parceria com outros profissionais a desenvolver autonomia, competências e habilidades.
• Valorizar todas as conquistas que a criança apresenta, reconhecer suas potencialidades, talentos e inseguranças e fortalecer sua autoestima.	• Reconhecer a individualidade do aluno disléxico e não comparar seu rendimento com os demais alunos da turma, e sim, promover a parceria e amizade dele com os outros colegas.

Fonte: Adaptado a partir de Oliveira (2020, p. 34).

Diante dessa lógica, entende-se que mesmo com as adaptações o aluno disléxico não será desfavorecido em relação aos conteúdos e estratégias aplicadas, pois segundo Michel (2009, p. 101) “[...] todo conteúdo pode ser trabalhado com o aluno disléxico. No entanto, a maneira como desenvolver estes mesmos conteúdos precisa diferenciar-se, isto é, adaptar-se a sua precisão”. Nesse contexto, importa inferir também que adaptar o currículo não se resume apenas à adaptação das atividades escolares, como adverte Amato e Ribeiro (2018, p.145).

No Brasil, confunde-se adaptação curricular com adaptação das atividades didáticas. A adaptação curricular deve ocorrer porque os alunos são diferentes entre si e necessitam de estratégias, metodologias, avaliações e objetivos de aprendizagem específicos para eles, ou seja, de um conjunto de práticas pedagógicas que garantam acesso ao conteúdo acadêmico. Adaptar as atividades é apenas um item desse processo maior.



Esses são os mesmos ideais defendidos por Santos (2024, p. 14) ao reforçar que “a adaptação curricular não implica na criação de dois currículos separados, ou seja, um regular e um especial, mas sim em realizar ajustes necessários a partir de um modelo de currículo unificado”. E a autora também esclarece acerca das estratégias de adaptação do currículo que:

A flexibilização curricular não se trata apenas de adaptar conteúdos, mas de criar um ambiente educacional que seja sensível às necessidades emocionais, cognitivas e sociais dos alunos. Ela promove o diálogo, a colaboração e a cocriação entre educadores, alunos e comunidades, garantindo que a educação seja verdadeiramente inclusiva e responsiva. Onde toda a equipe escolar seja agente de uma escola inclusiva. (Santos (2024, p. 34).

Tudo isso significa que com a adaptação do currículo e a adequação das práticas pedagógicas, o aluno com dislexia poderá ter acesso de forma plena ao que é ensinado em sala de aula e ter ainda as suas necessidades educacionais respeitadas no processo de ensino aprendizagem. Contudo, para que isso aconteça, é necessário que sob a liderança do professor de classe, seguida dos pais e da comunidade escolar, haja uma reestruturação íntegra dos aspectos que sustentam a escola, o que equivale ao regimento interno, ao projeto político pedagógico, as práticas pedagógicas, e principalmente, ao currículo escolar.

5 SUPERANDO OS DESAFIOS E ESTEREÓTIPOS DA DISLEXIA

Apesar das adaptações curriculares e das práticas pedagógicas representarem propostas eficazes que de fato atenuam as necessidades educativas do aluno com dislexia e garantem que seus direitos sejam assegurados, ainda assim, há desafios persistentes que o dislético, sua família, o professor e a escola precisam enfrentar. Isso pode ser exemplificado através das atitudes preconceituosas, capacitistas e estereotipadas que resistem na sociedade e, por conseguinte, influenciam diretamente na vida da criança com dislexia. Além dessa realidade enfrentada pelo aluno dislético e dos obstáculos que surgem em uma perspectiva social, é preciso considerar também os desafios próprios do seu desenvolvimento, e que do mesmo modo, geram impactos no seu estilo de vida. De acordo com o Instituto ABCD (2015, p. 17):

Crianças com dificuldades de aprendizagem sofrem muitas frustrações e experiências de fracasso. Para que enfrentem a vida escolar e os tratamentos necessários, é fundamental que se sintam apoiadas por seus pais e familiares. Muitos momentos de tristeza ou desânimo podem ocorrer ao longo da caminhada e o afeto e carinho os ajudam a persistir.

Isso reflete a essencialidade do apoio familiar para a superação dos obstáculos que surgem no decorrer da vida com a dislexia e que também é necessário para fortalecer a parceria entre todos que contribuem com o desenvolvimento da criança dislética. Contudo, há muitos pais, professores e membros da escola que não conhecem a dislexia e nem mesmo entendem de seus sinais e sintomas (Silva, 2021). Como consequência disso, o aluno dislético não recebe o apoio necessário para se desenvolver, e por vezes,



sofre bullying e preconceito devido as dificuldades que apresenta e até mesmo ao modo como corresponde às cobranças e atividades. À vista disso, Faustino (2022, p. 13) enfatiza que:

Ainda há muito o que abordar sobre a dislexia, pois mesmo sendo um distúrbio muito famoso por assim dizer ainda a há muita falta de conhecimento por parte da sociedade que por muitas vezes acabam julgando os alunos disléxicos como preguiçoso ou não são esforçados o bastante para aprender.

Isso induz a reflexão sobre a forma como a dislexia é tratada dentro da escola e fora dela, pois em determinados contextos o aluno disléxico é taxado como incapaz ou desprovido de talentos e inteligência. Além disso, também tende a apresentar problemas emocionais, visto que muitas vezes a sua dificuldade de aprendizagem é interpretada como preguiça e desinteresse, podendo ainda ser alvo de piadas maldosas por outros colegas de classe (Faustino, 2022). Nesse sentido, Rafagnin, Rodrigues e Kosloski (2020, p. 37) advertem que:

A dislexia em nada tem a ver com a falta de inteligência ou desejo de aprender, ao contrário do que o senso comum propaga e defende. A existência de inteligência normal ou superior é o principal critério diferencial de diagnóstico entre dislexia e deficiência intelectual. E o diagnóstico correto é fundamental para uma intervenção adequada. Com a metodologia apropriada, proposta especificamente para as suas dificuldades, o aluno com dislexia pode se desenvolver.

Entende-se assim que apesar das dificuldades no processamento da leitura e escrita, o aluno disléxico possui inteligência já que sua capacidade cognitiva é preservada e ele também dispõe talentos, habilidades intelectuais e criatividade. Contudo, suas dificuldades quando não compreendidas, afetam sua aprendizagem e podem resultar em rejeição, mudanças no comportamento e baixo rendimento escolar. Por essa razão conhecer o transtorno da dislexia, é muito importante para a compreensão do aluno, pois como aponta Montanari (2015, p. 42):

Quando há falta de conhecimento dos professores sobre a dislexia isto pode aumentar o insucesso escolar, e o desempenho escolar futuro dos alunos. O disléxico tem direito a um processo educacional que o leve o sucesso escolar, uma educação que conte com a intervenção, além de professores de sala que tenham conhecimento sobre essa área.

Além disso, é notório que muitos obstáculos que o aluno disléxico, seus familiares, professores e a escola enfrentam estão diretamente ligados à carência de políticas públicas educacionais e inclusivas, à insuficiência de professores qualificados, à ausência de apoio assistencial à família da criança, à falta de materiais, recursos e incentivos dentro e fora da escola, turmas superlotadas, pouco conhecimento sobre a dislexia, entre outros. Tudo isso são recortes dos inúmeros desafios que precisam ser superados e que também dificultam a superação de rótulos sobre a capacidade intelectual do aluno disléxico.



Ademais, outra perspectiva que se tem é que se a criança disléxica não tiver oportunidade de se desenvolver no tempo escolar certo, estará correndo o risco de passar pela escola e chegar na idade adulta com os mesmos sintomas e enfrentando os mesmos desafios e preconceitos. Quanto a isso, outra realidade também provável é que quando não há intervenção ou tratamento da dislexia ao longo da vida, ela poderá gerar adultos denominados de “analfabetos funcionais” Figueiredo et al. (2024). Assim, com base nesse panorama infere-se que os pais, professores e demais membros da escola precisam estar unidos para superar a desinformação sobre a dislexia e ajudar o filho/aluno disléxico a superar os rótulos e o bullying, pois sem essa parceria, as responsabilidades de todos se tornam ainda mais difíceis.

E nesse trajeto, importa destacar que ainda que não garanta a superação de todos os desafios, o progresso causado pelas exigências educacionais, políticas e sociais na perspectiva da educação especial e inclusiva alavancou ideais e melhorias significativas no atendimento e inclusão de crianças com dislexia no ensino regular. Os exemplos mais recentes desse avanço são a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, que determina o acompanhamento integral de alunos disléxicos, Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem e o Projeto de Lei 4459/21 da Câmara dos Deputados que dispõe da obrigatoriedade de coleta de dados e informações sobre a dislexia e o Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) nos censos demográficos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, alguns estudos se dedicaram a explicar e comprovar a eficácia da atuação de pais e educadores diante do processo de inclusão e do atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais. Desse modo, sem excluir a responsabilidade do governo e das políticas públicas educacionais e inclusivas, o aceite é unânime quando se diz que o papel da escola e da família, mais do que de qualquer outro envolvido, é totalmente relevante e determinante não só para o sucesso da inclusão e adaptações, mas também para a superação dos desafios que surgem ao longo da trajetória de vida da criança disléxica.

Logo, compreende-se sob esse entendimento que o papel desempenhado pelos pais, professores e demais membros da escola é um fator decisivo para o sucesso das práticas e do atendimento às necessidades educacionais do aluno disléxico. Além disso, transcende qualquer expectativa sobre o desenvolvimento da criança disléxica no ambiente escolar, visto que a parceria entre pais e professores ajuda o aluno com dislexia a superar os desafios e as dificuldades existentes em casa, na escola e na sociedade.

Na mesma perspectiva entende-se ainda que o sucesso da inclusão é totalmente dependente da forma como a família lida com o diagnóstico da dislexia, e sobretudo, do modo como o professor conduz as práticas dentro da sala de aula para o atendimento do aluno diagnosticado. Com o apoio familiar, o professor deverá conduzir as práticas pedagógicas de modo a potencializar as capacidades dos alunos e também propor estratégias diversificadas de avaliação escolar, pois mesmo que o disléxico apresente dificuldades



no processamento da leitura e escrita, ele poderá ter desempenho significativo em outros tipos de atividades, mas para isso o professor deverá estar atento aos seus estímulos.

De modo geral, conclui-se que as práticas e adaptações só serão exitosas e terão resultados profícuos se houver o cumprimento de deveres e responsabilidades individuais e antes de tudo, a família e a escola reconhecerem o valor humano da criança disléxica independente do seu potencial intelectual, cognitivo e emocional e se voltar para o que ela realmente necessita. Da mesma forma, a inclusão só será validada e coerente com o que se prega quando todos os envolvidos combaterem o preconceito, o bullying e as visões estereotipadas sobre a criança com dislexia.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. Edição Especial, 2016. Disponível em: **O que é dislexia? – ABD** | Associação Brasileira de Dislexia. Acesso em: 10 mar. 2025.

AMATO, Cibelle A. de La Higuera; RIBEIRO, Glaucia Roxo de Pádua. **Análise da utilização do Desenho Universal para Aprendizagem**. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento São Paulo, v. 18, n. 2, p. 125-151, jul./dez. 2018.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

.Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República.

.Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Diário Oficial da União, publicado em: 01/12/2021, Edição: 225, Seção: 1, 2021.

CARNEIRO, Sofia Raquel Correia. **Atitude dos pais e professores em crianças com dislexia**. Escola Superior de Educação Almeida Garrett. Lisboa, 2011.

CARON, Lurdes; CRUZ, Adriane Alves da; MARQUES, Circe Mara. **Inclusão da criança com deficiência no ensino regular: olhar das famílias sobre a inclusão na escola**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2013499, p. 1-18, 2020.

CIASCA, Sylvia Maria; RODRIGUES, Sônia das Dores. **Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção**. Rev. Psicopedagogia: Campinas- SP, 2016.

DA SILVA, C. R. B.; KLUMPP, C. F. B. **A importância da relação família-escola na educação inclusiva de aluno com deficiência**. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 4611–4629, 2020.

FAUSTINO, Suellen Cristina. **Metodologias de ensino-aprendizagem para estudantes com dislexia**. Centro Universitário Internacional Uninter. Curitiba/PR, 2022.

FIGUEIREDO, E. G.; FLORÊNCIO, R. R.; ALMEIDA, K. C.; LEITE, V. N. **Compreensão**



da Dislexia a partir das dificuldades em leitura e escrita no contexto educacional. Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales, v.17, n.6, p. 01-17. São José dos Pinhais, 2024.

HUDSON, Diana. **Dificuldades específicas de aprendizagem: ideias praticas para trabalhar com: dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome de asperger, TOC.** Pretrópolis /RJ: Vozes, 2019.

INSTITUTO ABCD. Atualização do perfil do transtorno específico de aprendizagem no Brasil: Mudanças a partir da aprovação da Lei nº 14.254/21. 2024. Disponível em: *ABCD00012.pdf. Acesso em: 17/03/2025.

.Direitos das crianças e adolescentes com Transtorno Específico da Aprendizagem (Dislexia) ou TDAH. 2024. Disponível em: ABCD00011.pdf. Acesso em: 17/03/2025.

.Todos Entendem: conversando com os pais sobre como lidar com a Dislexia e outros Transtornos Específicos de Aprendizagem. São Paulo, 2015.

LIMA, Frederico Santiago; MARTINS, Rosângela Pimentel. **Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais específicas e os desafios de sua operacionalização.** Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 42, 8 de novembro de 2022.

LUZ, Reginaldo Rodrigues da; SCHOTTEN, Neuci. **Atribuições da educação familiar e escolar no desenvolvimento integral do educando.** Paraná, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?.** 1a Edição, São Paulo: Moderna, 2003.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MICHEL, Neuza Barbosa. **Adaptação Curricular individualizada de alunos disléxicos em atendimento psicopedagógico em escolas municipais de Esteio/RS.** Porto Alegre: 2009.

MONTANARI, Rafaela. **Uma análise sobre dislexia na escola.** Rio Claro, 2015.

MOURA, Octávio. **Sinais de alerta.** Portal da dislexia. 2025. Disponível em: <https://dislexia.pt/sinais-alerta/> . Acesso em: 19/03/2025.

OLIVEIRA, P.; ZUTIÃO, P.; MAHL, E. **Transtornos, distúrbios e dificuldades de aprendizagem: como atender na sala de aula comum.** In: SEABRA M. A. B. (org.). Distúrbios e transtornos de aprendizagem: aspectos teóricos, metodológicos e educacionais. Curitiba, PR: Bagai, 2020.

OLIVEIRA, Samantha. **Dislexia TDAH amor de mãe.** 1. edição. Ribeirão Preto: 2020.

RAFAGNIN, Drieli; RODRIGUES, Maria Ester; KOLOSKI, Paula Emanuele Bello. **A Educação Inclusiva e os Transtornos Específicos de Aprendizagem: em foco a Dislexia.** PsicoArgum. Cascavel/PR, 2020.



REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C.; DUTRA, F. B. S. **A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa?**. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.4, n. 1, p. 33-44, 2017.

SANTOS, S. M. A. V.; PEREIRA, D. A. de S.; SANTOS, E. V. dos; CUNHA, L. C. da S.; ARAUJO, P. C. de, SANTOS, R. dos, SILVA, S. R. M. da, & LEAL, T. de S. **Educação inclusiva: adaptação de estratégias de ensino para atender à diversidade**. *Caderno Pedagógico*, 21(3), e3276. (2024).

SANTOS., Thais Emilia de Campos dos. **O currículo na escola inclusiva: flexibilização curricular**. REVISTA CADERNO PEDAGÓGICO – Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, 2024.

SILVA, Angela Rosa Resende da; SILVA, Cleber Cezar da. **Do diagnóstico às ações pedagógicas para Dislexia: intervenções no processo de ensino dos alunos disléxicos**. REVISTA CADERNO PEDAGÓGICO – Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v.21, n.13, p. 01-22. 2024.

SILVA, Jailma Xavier da. **Dislexia: reflexões sobre o papel da família e da escola**. Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia/Alagoas, 2021.

TAVARES, Hermínia Vicente. **Apoio pedagógico às crianças com necessidades educacionais especiais DISLEXIA e TDAH**. São Paulo, 2008.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual dos transtornos escolares: entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola**. BestSeller Rio de Janeiro: 2013.

VARELLA, Drauzio. **Distúrbios de linguagem: dislexia**. Disponível em: Dislexia - Portal Drauzio Varella . Acesso em: 14 mar. 2025.